



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8777 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

POSTULADOS NEOLIBERAIS E A(S) POLÍTICA(S) DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ADOTADA(S) NO BRASIL A PARTIR DE 1990

Celestina Maria Pereira de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Cleidiana Santana Parente - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não se aplica

POSTULADOS NEOLIBERAIS E A(S) POLÍTICA(S) DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ADOTADA(S) NO BRASIL A PARTIR DE 1990

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a(s) política(s) de formação de professores adotada(s) pelo governo brasileiro a partir da década de 90, expressas na legislação, em referenciais, nas diretrizes e seus reflexos nos documentos normativos no estado do Tocantins desde a institucionalização do seu sistema de ensino. Em uma perspectiva crítica buscou-se desvelar os fundamentos teóricos, e intencionalidades da(s) política(s) de formação de professores e as intervenções de organismos internacionais no campo educacional. Observou-se que os documentos que normatizam a(s) política(s) de formação dos professores expressam ideais que visam o ajuste do trabalho educativo aos postulados neoliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Reformas educacionais. Formação de professores. Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A necessidade de uma política de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, salários e carreira do educador, faz parte do ideário de todos os educadores e das lutas pela educação pública nos últimos 30 anos (FREITAS, 2007).

Esta pesquisa fundamentou-se em estudos de AGUIAR (2016), GENTILLI (1996);

(1995), NETTO (2011), SANTOS (2013) e LAGARES (2019), e produções científicas dos pesquisadores da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), publicadas a partir de 1990, que em uma perspectiva crítica, apontam a(s) política(s) de formação dos profissionais da educação adotada(s) no Brasil, evidenciando contrapontos importantes e fundamentais à valorização do profissional da educação, uma vez que o investimento na formação do professor constitui um aspecto da sua valorização como profissional.

Segundo Netto (2011), a contextualização histórica na perspectiva materialista é essencial, pois, as formulações e sínteses a cerca do objeto, no caso, a formação de professores como política de valorização dos profissionais, não são frutos de operações repentinas ou intuições geniais, e sim resultados de uma longa elaboração teórica científica, produzida no percurso de sucessivas aproximações.

PROBLEMÁTICA

A pesquisa buscou evidenciar os fundamentos teóricos e epistemológicos das ações governamentais transcritas em políticas de valorização dos profissionais da educação, especificamente por meio da formação e suas finalidades, em nível de Brasil, para que subsidie a análise do reflexo dessas políticas no estado do Tocantins, inserido neste contexto, desde a institucionalização do Sistema Estadual de Educação.

No processo de redemocratização do país, consolidado com a publicação da Constituição Federal de 1988, e as novas perspectivas mundiais no campo econômico, advindas da crise do capitalismo e do avanço da globalização, nortearam as reformas educacionais no Brasil. Pois, como afirma Arce (2001), o neoliberalismo se expandiu mundialmente, e o Brasil adere a bandeira da modernização e da globalização, as quais nos transformariam em um país de primeiro mundo. E ainda, diante de tal contexto Gentilli (1996) assevera que, os sistemas educacionais são considerados insuficientes, incapazes, improdutivos para conta de tamanha demanda, e ainda:

[..] o neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, *ao mesmo tempo*, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias (GENTILLI, 1995, p. 244).

A partir deste cenário as propostas para uma reforma educacional retratam que a formação de professores se torna uma via estratégica na melhoria da oferta da educação, pois são diretamente responsáveis pela formação do trabalhador, o qual deve estar preparado para as exigências do sistema capitalista e o novo modelo de produção imposto pelo capital.

Assim como, Shiroma, Campos e Garcia (2005) nosso interesse foi apreender nas recomendações, informações e indicações que constam nos documentos oficiais, as políticas governamentais desse período, pois com “unidade de análise” esses documentos nos permitem acessar e compreender a(s) política(s) de formação.

RESULTADOS PARCIAIS

Em nosso recorte temporal da pesquisa, nota-se uma intensa difusão de que a

qualificação do professor promoveria uma melhoria da qualidade de ensino, o que subliminarmente culpa o professor pelo fracasso da educação na formação do indivíduo, e que estando ele mal formado não atendia a demanda dos novos modelos de produção, que exigem um profissional competitivo, (re)flexível e autônomo. Esses discursos justificaram a continuidade das reformas com programas aligeirados e recheados de conceitos neoliberais, demonstrando o quanto a formação de professores é um campo marcado pelas disputas de intencionalidades.

Os documentos normatizadores da educação como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's (BRASIL, 1998), e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica - DCNs (BRASIL, 2013), convergem com os documentos normatizadores da(s) política(s) de formação dos professores, que traduzem a urgente necessidade de ajustar os processos formativos às novas demandas do mundo globalizado.

Também, existe uma notória sintonia entre os documentos que normatizam o currículo da educação básica com os pareceres e as resoluções que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e a mais recente Resolução CNE/CP nº2 de 20 de dezembro de 2019, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2013).

A(s) política(s) de formação de professores no Tocantins foram desenvolvidas em consonância com as legislações, diretrizes e referenciais nacionais, dado que a instituição do sistema estadual de educação, condiciona a relação de ente federado entre Estado e União. A partir da década de 90, o foco da(s) política(s) de formação desenvolvidas no Estado concentrou-se na elevação do quadro de profissionais ao nível superior, por meio da oferta de cursos em regime especial realizados em período de férias, aligeirados que comprometeram a qualidade do processo de formação inicial.

Assim, a(s) política(s) de formação de professores adotada pelos governos brasileiros, expressam ideias de uma formação de base utilitarista, pontual e aligeirada, em que a apropriação do conhecimento sistematizado é minimizada, o cotidiano e a prática são altamente valorizados e, a formação é baseada em competências, com clara minimização da teoria. SANTOS (2013)

Em contra partida, deslindamos os fundamentos e princípios defendidos pelos autores críticos que compõem as entidades que promovem o debate coletivo e articulam a integração da formação de professores como política de formação e valorização do professor e dos profissionais da educação. Um movimento histórico que tem origem no final dos anos 70 e resiste até a atualidade, com o compromisso de luta por uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade, a qual depende intrinsecamente de profissionais qualificados, que possam verdadeiramente contribuir com uma educação que supra as necessidades sociais e promova uma sociedade mais justa, igualitária e soberana (AGUIAR, 2016). Esse movimento nacional se expande a ponto de encontrar espaço de discussão, pesquisa e produção também aqui no Estado.

As informações coletadas apontam para a ausência de políticas de estado em detrimento de políticas de governo, quanto à formação de professores, e que este é um campo perpassado por influências e disputas de concepções teóricas-políticas. O que torna necessária a contínua problematização da implementação de políticas educacionais no Tocantins (LAGARES, 2019).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. et al. **Política de formação continuada dos profissionais da educação: Ações Institucionais**. Camaragibe, PE: CSS Gráfica e Editora, 2016.

Arce, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, n. 74, p. 251- 283, Abril 2001.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em outubro de 2020.

FREITAS, H. C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, 2007.

Gentili, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: Silva, Tomaz Tadeu da; Gentili, Pablo. **Escola s.a.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília - DF: CNTE, 1996. cap. 1, p. 9-49.

GENTILLI, Pablo. Adeus á escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. IN: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 228-252, 1995.

LAGARES, Rosilene. Políticas públicas educacionais no Tocantins (2019-2022). In: ADRIÃO, Theresa (Org.); MARQUES, Luciana Rosa (Org.); AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?**. Brasília: ANPAE, 2019, p. 62-79.

netto, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, C. F. dos (Org.). **Crítica ao esvaziamento da educação escolar**. Salvador: EDUNEB, 2013.

Shiroma, E. O.; Campos, R. F.; Garcia, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-443, 2005. jul-dez.